



FÓRUM PERMANENTE NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

CARTA DO XIII ENCONTRO NACIONAL – 2021

O XIII Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, realizado nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2021, no formato virtual, com a presença de 07 Unidades da Federação: Amazonas, Acre, Bahia, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal, tendo como tema central “Vidas Importam! Vidas Idosas Importam!”, realizou debates e articulou propostas que culminam na aprovação desta Carta.

A efetivação do XIII Encontro Nacional ocorre numa conjuntura de combinação da crise sanitária da incidência da COVID-19, com mais de 600.000 mortos, com a agravamento da crise econômica com inflação geral de 10% e de 40% para os pobres, com o desemprego de 21%, anunciando-se forte recessão. A combinação da crise sanitária, pandêmica e sindêmica que se caracteriza com o acirramento da crise estrutural econômica e social, aprofundam ainda mais a desigualdade social e concentração de renda, atingindo com maior intensidade as pessoas idosas, mulheres, indígenas, ribeirinhos, negros, LGBTQIA+, trabalhadores informais e moradores em aglomerados das periferias e favelas, dentre outros.

De acordo com as estatísticas divulgadas pela FIOCRUZ, estima-se que no mínimo 68% dos mortos são de pessoas idosas. A Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da COVID – no Senado trouxe comprovação de uma política negacionista de vacinas e das vidas, e ao mesmo tempo, corrupta. A renda familiar per capita da metade mais pobre da população passou de R\$210,00 para R\$172,00. Famílias inteiras estão na fila para obter produtos descartados, como ossos de boi e verduras, configurando-se aproximadamente 18 milhões de famintos em insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, os direitos sociais foram subtraídos com as contrarreformas da Previdência Social, desmonte dos programas de saúde e de assistência social e fragilização das políticas com a PEC 95, do teto de gastos. O pagamento de juros e amortização da dívida alcança 40% do orçamento nacional. O Governo Federal segue os ditames do neoliberalismo e neoconservadorismo com a adoção de políticas antissociais que acirram o preconceito, estereótipos e discriminação à pessoa idosa e o genocídio, desprezam a vida humana e levam à prática da necropolítica, para beneficiar o grande capital que ataca instituições republicanas democráticas como o Supremo Tribunal Federal e enfraquece a participação da população nas instâncias políticas, como nos Conselhos de Direitos.

A realização de V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, virtual, foi feita de forma desastrosa e autoritária.

Por sua vez, o Governo Federal fez um conluio com os setores conservadores do Congresso Nacional, para compra de apoio parlamentar e assegurar reeleição. Além disso, vivemos um desastre ambiental reconhecido mundialmente que repercute negativamente em toda sociedade.

Apesar do desmonte das políticas sociais ainda são as pessoas idosas que sustentam grande parte das famílias, mostrando a importância desse segmento na atualidade estimado em 37,5 milhões de pessoas idosas, ultrapassando 14% da população total.

A retirada de direitos inclui mudanças infraconstitucionais, a exemplo do Decreto nº 10.604/21 que passa a usar o gênero masculino no título “Política Nacional do Idoso”, retirando a denominação de “Pessoa Idosa”. Vários Ministérios foram retirados da

elaboração dessa Política Nacional, tornando-a quase que monopólio do Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos, sob direção obscurantista. É preciso ressaltar que o Brasil se nega a seguir o II Plano Internacional de Direitos da Pessoa Idosa, inclusive não referendando ainda a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, celebrada em 2015, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que viola seus compromissos internacionais. Os Decretos 9.921/2019 e 10.604/2021 se afastam do que foi afiançado à população idosa nos marcos legais vigentes.

A mobilização da sociedade civil organizada permitiu formular uma política para as ILPIs – Instituições de Longa Permanência, reduzindo o impacto no número de infectados pela COVID-19. Essa mobilização tem contribuído para discussão e fortalecimento da participação e protagonismo da pessoa idosa. Os Fóruns de Direitos da Pessoa Idosa, em suas respectivas unidades federativas, promoveram ações para dar visibilidade e articular propostas em defesa dos direitos da pessoa idosa.

O XIII Encontro Nacional ressalta a necessidade de mais mobilização pelos direitos da pessoa idosa para contrapor às medidas de descaso, desmonte e discriminação nos direitos da população e destruição dos fundos públicos. Reiteramos o repúdio à política de subtração de direitos trabalhistas, previdenciários e de garantia do serviço público, com a Emenda 32. Também repudiamos a volta de políticas antissociais que envolvem o clientelismo e o assistencialismo com a implantação de auxílios temporários e eleitoreiros, ao invés de uma política estruturada de assistência social.

Todos os responsáveis pela necropolítica, que violam a dignidade de pessoas e negam direitos, precisam ser devidamente punidos. Reiteramos a defesa do Estado Democrático de Direito e o pleno exercício da participação, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. O respeito aos direitos é a garantia de um envelhecimento digno.

NENHUM DIREITO A MENOS!

Brasil, 19 de novembro de 2021.

**FÓRUM PERMANENTE NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DE DEFESA
DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

www.forumnacional.net.br

www.facebook.com/forum.nacional.10

forumnacional@forumnacional.net.br